

GM
8/7/97 40

C-3

CPRM transferirá exploração mineral à iniciativa privada

Livia Ferrari
do Rio

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa pública responsável por levantamentos geológicos, está transferindo ao setor privado todo seu acervo de áreas para exploração mineral. O processo será iniciado pela licitação pública para a venda da maior jazida de minério de nióbio do País, com reserva estimada de 2,9 bilhões de toneladas, localizada no alto do rio Negro, no Amazonas.

O edital de venda já está disponível às empresas ou consórcios de empresas interessados. As propostas deverão ser apresentadas até 16 de outubro, data marcada para a abertura dos envelopes, informa o diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da CPRM, Gil Azevedo.

O preço mínimo fixado para a venda do direito minerário dessa reserva, há dez anos sob a posse da CPRM, é de R\$ 600 mil. A empresa vencedora terá que pagar ainda 3% de royalties da produção comercializada durante toda a vida útil da reserva, estimada em 25 anos. Segundo o chefe do Departamento de Recurso Mineral da CPRM, Mário Farina, essa jazida tem teor de 2,8% de óxido de nióbio, sendo os outros 97,2% compostos por óxido de ferro e por titânio. Não se sabe, contudo, se esses dois minérios agregados ao nióbio são economicamente viáveis. O preço mínimo de venda leva em conta essas variáveis, além das características de localização da jazida e da tecnologia de exploração.

O edital de venda não diferencia empresa nacional da estrangeira. Ambas poderão participar do processo sem restrições. Terão apenas de comprovar capacidade tecnológica e financeira. Pelas estimativas de Farina, esse projeto exigirá no mínimo dois anos para entrar em operação.

O nióbio é um mineral estratégico, utilizado na fabricação de ligas especiais, de alta resistência. É muito utilizado pela indústria de aeronaves e de equipamentos de precisão.

A CPRM abrirá concorrência para a venda de toda sua carteira de alvarás minerais, concedidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). Essa carteira reúne cerca de 300 proje-

Direito para explorar minérios

(Em negociação)

- Carvão
- Caulim do Rio Capim
- Chumbo de Nova Redenção
- Cobre de Bom Jardim
- Diamante de Santo Inácio
- Fosfato de Miriri
- Gipsita do Rio Cupari
- Nióbio de Uaupés
- Níquel do Morro do Engenho
- Níquel de Santa Fé
- Ouro de Itaperim
- Ouro do Rio Jaru
- Turfa
- Zinco, chumbo e cobre de Palmeirópolis

Fonte: CPRM

tos, envolvendo diferentes minérios e metais, como, até mesmo, ouro e diamante.

A CPRM já tem esboçado um cronograma das licitações que ocorrerão ainda neste ano. Depois do nióbio, será a vez das reservas de caulim do rio Capim, no estado do Pará. As reservas totais estão estimadas em 566,8 milhões de toneladas, sendo 212 milhões de toneladas em reservas medidas de caulim sedimentar de alta qualidade, para a utilização na indústria de papel. Trata-se, portanto, de "reservas de porte internacional, consideradas o filé mignon da CPRM", afirma Farina, falando do interesse pelo projeto demonstrado por empresas estrangeiras. Os trabalhos para a fixação do preço mínimo de venda desses direitos minerais estão em fase final. Ele deverá atingir o patamar de R\$ 20 milhões.

A CPRM pretende ainda lançar neste ano editais para a venda de direitos minerários de níquel e de turfa. Posteriormente, serão colocadas em concorrência áreas de carvão, mineral, ouro, diamante, zinco, cobre, chumbo, fosfato e gipsita.

Com 27 anos de atuação, a CPRM tem o maior acervo de geociências do País, estando sob sua guarda 80% das informações geológicas do território nacional.